

A REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA E ALGUMAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM PERIÓDICOS CULTURAI

Giane Maria de Souza¹

Resumo: O presente trabalho dialoga com o tema do Simpósio História Política e Tempo Presente: Brasil e América Latina quando reflete os cruzamentos da cultura política com a história da cultura impressa em suas múltiplas interfaces sociais no Brasil e América Latina. Desta forma, apresenta-se uma análise da Revista Brasileira de Cultura, veículo de difusão cultural, organizado e coordenado pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão de controle do Ministério da Educação e Saúde (MES) no início da década de 1970. As trajetórias dos intelectuais, as redes de sociabilidades, as práticas sociais e as atuações políticas são marcadas neste processo por tensionamentos, disputas e jogos de poder vislumbrados nos processos de elaboração, desenvolvimento e circularidade dos periódicos culturais. Estas questões podem ser percebidas no corpo editorial da Revista Brasileira de Cultura e nos artigos dos autores colaboradores ligados ao CFC. Destarte, o trabalho está metodologicamente dividido em dois momentos, o primeiro aborda a história das políticas culturais no Brasil e o percurso do Conselho Nacional e Conselho Federal de Cultura e as atribuições e composição do conselho a partir dos intelectuais mobilizados para a difusão cultural pretendida pelo MES. No segundo momento, apresenta três artigos publicados na Revista assinados por Gilberto Freyre, Carlos Cavalcanti e Adonias Filho. Freyre e Adonias eram conselheiros do CFC e Cavalcanti um colaborador convidado. Para compreender a atuação desses intelectuais é preciso entender como eles concebiam arte, cultura e a formação social brasileira e como esses pensamentos se articulavam com as prerrogativas do CFC. Sobretudo, esta pesquisa é um desdobramento do Projeto de Doutorado desenvolvido no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e recebe fomento do Programa de Bolsas Pós Graduação UNIEDU do Governo do Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Revista Brasileira de Cultura. Conselho Federal de Cultura. Políticas Culturais.

INTRODUÇÃO

¹ Professora e pesquisadora de políticas culturais, patrimônio cultural e movimentos sociais. É graduada em História pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), especialista em República, Movimentos Sociais e Democracia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutoranda em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na Linha Sociedade, Política e Cultura no Mundo Contemporâneo sob a orientação do Prof. Dr. Waldir José Rampinelli. É bolsista do Programa de Bolsas Pós Graduação UNIEDU do Governo do Estado de Santa Catarina. Foi secretária do Grupo de Trabalho Nacional História e Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História (ANPUH) nas gestões de (2013-2015 e 2015-2017). Representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC/MinC no Colegiado de Patrimônio Cultural Imaterial gestão de 2012-2014 e 2015-2017. É coordenadora técnica do Conselho Gestor do Sistema Municipal de Museus de Joinville/SC. Autora do livro A cidade onde se trabalha - a propagação do autoritarismo estadonovista em Joinville, Santa Catarina, editora Maria do Cais, 2008. Possui artigos publicados em revistas científicas e capítulos de livros na sua área de atuação. Email: gianehist@gmail.com

O presente trabalho² dialoga com o Simpósio Internacional História Política e Tempo Presente: Brasil e América Latina quando reflete os cruzamentos da cultura política com a história da cultura impressa em múltiplas interfaces sociais no Brasil e América Latina. O artigo apresenta a Revista Brasileira de Cultura (RBC) como veículo de difusão cultural, coordenado pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão de controle do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no início da década de 1970. As trajetórias dos intelectuais, redes de sociabilidades, mediações e práticas culturais, atuações sociais e políticas podem ser evidenciadas nos processos de elaboração, desenvolvimento e circularidade dos periódicos culturais na sociedade brasileira em diferentes períodos.

O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA E A DIFUSÃO CULTURAL

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado pelo Decreto Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937 e organizado pelo Decreto Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. No ano seguinte o Conselho Nacional de Cultura (CNC) foi instituído pelo Decreto Lei nº526, 01 de julho de 1938, como órgão de cooperação, controle e influência do Ministério da Educação e Saúde (MES).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) criado em 1953 substituiu o MES. O CNC foi reinstituído pelo Decreto nº50 293, de 23 de fevereiro de 1961, pelo Presidente Jânio Quadros. Nesta estrutura criaram-se comissões nacionais para a institucionalização da cultura: a) Comissão de Literatura; b) Comissão de Teatro; c) Comissão de Cinema; d) Comissão de Música e Dança; e) Comissão de Artes Plásticas. f) Comissão de Filosofia e Ciências Sociais.

Pelo Decreto Lei nº74, de 21 de novembro de 1966, o CNC foi rebatizado como Conselho Federal de Cultura (CFC). O Decreto Lei nº 60.237, de 17 de fevereiro de 1967 designou a instalação e funcionamento e sua composição com 24 membros nomeados pelo Presidente da República. O CFC foi composto por intelectuais arregimentados das seguintes áreas: a) artes; b) letras; c) ciências humanas; d) patrimônio histórico e artístico nacional.

² Este artigo é fruto de uma reflexão proporcionada pela disciplina “Periódicos Culturais: Impressos, Intelectuais e Sociabilidades” ministrada pela Professora Doutora Maria de Fátima Fontes Piazza no Programa de Pós Graduação em História da UFSC.

Maia (2010) ratificou que os conselheiros eram considerados “homens de notório saber,” recrutados de instâncias de consagração como a Academia Brasileira de Letras (ABL), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o SPHAN. As áreas de atuação do CFC estavam divididas entre teatro, música, cinema, rádio, literatura e destinavam-se à difusão cultural. Assessoramento, cooperação e consultoria eram atribuições para a divulgação da cultura para um público amplo.

Sirinelli (2003) refletiu a impossibilidade de dissociar a história dos intelectuais da história da cultura política, pois, os historiadores realizaram uma taxonomia das ideias políticas no estudo dos intelectuais. Se os intelectuais são atores do político, além das ideologias e idiossincrasias nas quais, porventura, estejam vinculados, existem as noções de itinerário, grupos, geração e sociabilidades que perfazem seus caminhos e mediações culturais.

Contudo, este artigo não realizou uma taxonomia dos saberes e fazeres dos intelectuais que compunham as bases do CFC, mas evidenciou que as trajetórias podem ser estudadas como intersecções geracionais e redes de sociabilidades dentro e fora do Estado. Os conselheiros assessoravam o governo e subsidiavam intelectualmente as políticas públicas. As concepções de cultura eram divulgadas na Revista Brasileira de Cultura e as ações do CFC no Boletim Informativo. A relação política entre o Estado, a Revista, o Boletim e os conselheiros criou mediações culturais e redes de sociabilidades. O governo compreendia estes periódicos como difusores das políticas públicas, uma ação pedagógica interinstitucional.

Os sentidos cívicos e nacionais da cultura deveriam ser propagados à população. O CFC publicava temas considerados relevantes para o mundo das artes, estudos de geografia, direito, ciências e patrimônio cultural com parcerias institucionais, assim como intercâmbios em diários, periódicos impressos, radiofônicos e televisivos. Alguns conselheiros publicavam ensaios, artigos e poesias em jornais de grande circulação e a RBC os reproduzia na íntegra.

Calabre (2006) analisou a história do Boletim do CFC, publicação trimestral, com início em 1971 até fevereiro de 1974 na gestão de Jarbas Passarinho no comando do MEC. A autora refletiu sobre os homens³ de notório saber e a atuação do CFC divulgada no Boletim. As

³ A escritora Rachel de Queirós foi uma conselheira designada pelo Presidente para compor o CFC. Ela encontrava-se no meio dos 23 homens que compunham as cadeiras do CFC. Pretende-se realizar um estudo sobre sua atuação conselheira.

atividades institucionais eram divulgadas como uma espécie de prestação de contas das atividades conselhistas. O Boletim era organizado em três seções fixas: “Estudo e Proposições” (publicava artigos veiculados na imprensa, citavam a fonte, como forma de prestigiar os artigos dos conselheiros); “Pareceres” técnicos do CFC; “Atas” (seções plenárias e extraordinárias).

Para entender os conselheiros e suas redes de sociabilidades é preciso observar as trajetórias dos conselheiros nomeados pelo governo. O Conselho de 1971 era composto por Adonias Filho (1915-1990) romancista, crítico literário, jornalista, pertenceu às hostes integralistas e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL); Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990), jurista, professor, ensaísta, memorialista e membro da ABL, autor da Lei contra discriminação racial batizada com seu nome; Ariano Suassuna (1927-2014) dramaturgo, romancista, ensaísta, poeta, formado em Direito e membro da ABL; Arthur César Ferreira Reis, (1906-1967) historiador e governador do Amazonas, presidente do CFC de 1967 a 1968; Cassiano Ricardo (1895-1974) ensaísta, poeta, jornalista, participou dos grupos Verde-Amarelo e Anta expoentes do modernismo nacionalista; Deolindo Couto (1902- 1992) médico neurologista, ensaísta e membro da ABL; Djacir Lima Menezes (1907-1996) doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, professor e fundador do Centro de Estudos Brasileiros na Argentina; Dom Marcos Barbosa (1915-1997), monge beneditino, foi padre católico, escritor, poeta e membro da ABL; Gilberto Freyre (1900-1987), jornalista, historiador, sociólogo, ensaísta, pintor e romancista; Gladstone Chaves de Mello (1917-2001), filólogo, advogado, escritor e político brasileiro; Gustavo Corção (1896-1978), escritor e pensador católico, membro da União Democrática Nacional; Hélio Viana (1908-1972) jornalista, professor e historiador, pertenceu, a Ação Integralista Brasileira; Irmão José Otão (1910-1978), nome religioso de José Stefani, católico, irmão marista; José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984), crítico literário e de música, ensaísta, integrou o grupo Festa e foi editor da revista homônima, cultor de Cruz e Sousa, foi quem dou o arquivo pessoal do poeta ao Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa; Josué Montello (1917-2006), ensaísta, poeta, dramaturgo e membro da ABL; Manuel Diegues Junior (1912-1991), ensaísta, folclorista, antropólogo, sociólogo e jurista, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985), historiador, ensaísta, orador, professor, político, orador, vice-presidente do CFC em 1967 e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1968; Peregrino Junior (1898-1983), ensaísta, jornalista, médico e membro da ABL; Rachel de Queiroz (1910-2003),

romancista, tradutora, dramaturga, jornalista e primeira mulher a ocupar uma cadeira na ABL e no CFC; Raymundo Faoro (1925-2003), jurista, sociólogo, escritor e membro da ABL; Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1911-1984) arquiteto, presidente do Iphan e do respectivo Conselho Consultivo; Roberto Burle Marx (1909-1994) arquiteto, paisagista e artista plástico; Sílvio Augustos de Bastos Meira (1919- 1995), jurista, romancista e escritor; e Vianna Moog (1906-1988), advogado, romancista e jornalista. (ABREU, 2000); (ABL, s/d).

Um inventário dos conselheiros de cultura pode ser aplicado a partir da produção destes intelectuais. Sirinelli (2003, p.250) advoga que para a historiografia do político é “necessário fazer arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, etária ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de “redes” de intelectuais adultos”.

Miceli (2001) reforça que os conselheiros circulavam pelas instâncias de consagração como a ABL, universidades, instituições políticas, religiosas e imprensa. Participavam dos movimentos artísticos e estéticos na poesia, literatura, história, artes plásticas na América Latina. Muitos conselheiros eram funcionários públicos, gestores e ocupavam cargos importantes na esfera municipal, estadual e federal. Suas trajetórias se cruzavam e eram trabalhadas na perspectiva criada por Gilberto Freyre como aqueles que interpretavam o Brasil.

Os conselheiros eram polímatas e transitavam entre múltiplos campos do conhecimento e das artes (literatura, crítica literária, pintura), ciências humanas (história, geografia, sociologia, antropologia, etnografia) muitos eram médicos e juristas, professores universitários e religiosos. Contribuíam para os periódicos culturais pela prosa, romances, contos, crônicas, monografias, ensaios, resenhas e resenhas, artigos de opinião e crítica para jornais.

Para uma arqueologia inventariada desses intelectuais, conforme Sirinelli (2003) ou num estudo prosopográfico como Miceli (2001) se observará que os cargos ocupados pelos conselheiros na administração pública transitavam entre as áreas da saúde, direito, cultura e educação. A política se fazia presente nas indicações para conselheiros e na ocupação dos cargos públicos, as redes de sociabilidades e solidariedade eram cruciais.

Para Sirinelli (idem) as estruturas de sociabilidades variam conforme, os grupos e os subgrupos com quem os intelectuais se relacionam. A cultura impressa é um terreno pelos quais circulam intelectuais que formam grupos e subgrupos. O percurso da atuação é calcado no político, por isso, alguns intelectuais sobrevivem dessas relações até alcançarem uma maturidade intelectual que lhes dê autonomia de atuação. As redes de sociabilidade se abrem

em solidariedades de ajuda mútua, parcerias, mecenato, engajamento político, atuação social e convites para trabalhos. Esta chave de interpretação auxilia o entendimento da contribuição dos intelectuais para a história da cultura política a partir da Revista Brasileira de Cultura.

Os intelectuais mobilizados no Conselho Federal de Cultura, além da produção e a circularidade dos periódicos culturais, estavam inseridos em redes políticas de poder. Por isso, receber convite para o CFC e colaborar para a Revista era uma espécie de reconhecimento da trajetória intelectual, acadêmica, artística, uma consagração de atuação no campo.

Luca (2011) alertou os pesquisadores sobre as possibilidades das revistas como fonte e objeto de pesquisa e como dilatar os estudos da cultura impressa numa perspectiva multidisciplinar e transversal. Apresentou o projeto de mapeamento e catalogação das publicações representativas de grupos literários brasileiros a partir do romantismo, arroladas pelo professor José Aderaldo Castello, da Universidade de São Paulo na década de 1960 como uma espécie de taxonomia. O estudo demonstrou que os historiadores ao se depararem com determinadas fontes, as transformam em objetos de análise e vice versa, pois, ao mapear e catalogar periódicos geram novos documentos de pesquisa. A interferência do pesquisador na fonte se dá quando organiza a taxonomia dessas revistas em fac-símiles, coleções e fundos.

Contudo, a interpretação, análise e classificação da fonte é política e posicionada. Ao elaborar um mapeamento e catalogação dos intelectuais conselhistas no CFC e suas trajetórias abrem-se possibilidades para entender a formação das políticas. Esta perspectiva da cultura política percebe os periódicos culturais como processos de trabalho, mesmo nos processos institucionalizados como o caso da Revista Brasileira de Cultura.

No entanto, a classificação não se restringe ao ofício do historiador. A circularidade da revista ao mercado consumidor para venda ou distribuição pública inicia no trabalho do tipógrafo, autor, tradutor, revisor, editor, jornalista, leitor. Existem políticas de amizade na concepção de Agamben (2009) nesta trajetória intrincada de escolhas e dispositivos de divisão social do trabalho. Como o proprietário da banca ou jornalista assume a revista como mercadoria, o produto são dispostos na banca como coleções em um museu. Existe uma perspectiva curatorial, um poder simbólico e capital cultural neste processo. A classificação da forma, a organização, os tamanhos, as tipologias das revistas entre as vendáveis, as polêmicas, as proibidas, as atrativas as mais populares. Toda disposição requer uma

taxonomia. A propulsão pode inibir ou aumentar a comercialização da mercadoria em si. A divisão social do trabalho acontece nas tipografias e além destes espaços.

Pode-se refletir o processo de trabalho de um periódico institucional? Como o CFC procedia na produção da RBC como artefato cultural? Para entender estas relações é necessário problematizar o desenho institucional do CFC suas atribuições, demandas, os intelectuais e técnicos burocratas envolvidos neste processo. Como as matérias eram concebidas, as pautas, a elaboração e aprovação dos textos, os ensaios para publicação? Este processo ocorria com o crivo do Ministro, dos burocratas de alto escalão, dos censores? Existia um poder simbólico no *design* gráfico no que se refere ao *layout* dos textos, confecção do boneco e para a impressão da gráfica no corte, na encadernação tipográfica?

Quais os eixos de distribuição e circulação da Revista Brasileira de Cultura? Como pensar a cadeia produtiva, a distribuição e a responsabilidade do CFC no envio de exemplares da Revista para fundações, conselhos, autarquias, secretarias, museus, casas de cultura, bibliotecas e arquivos. O periódico pode ser problematizado no mapeamento da distribuição e na receptividade do público leitor. Essas ponderações são levantadas para refletir acerca da produção e trajetória da Revista e suas interfaces com os autores e o público, cumpre compreender neste momento como os conselheiros perceberam os sentidos da cultura e qual os discursos ensaísticos expostos ou mimetizados no corpo textual da Revista.

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA E OS ENSAIOS DE RELEVÂNCIA CULTURAL

A proposta editorial da RBC entendia o campo científico das artes e humanidades como inerentes. A redação situava-se no prédio do Palácio da Cultura no Rio de Janeiro, conhecido como Palácio Capanema. Este artigo analisou o volume de nº3, do ano II, de janeiro a março de 1970. O Sumário apresentava as seções: Artes; Ciências Humanas; Letras; Patrimônio Histórico e Artístico. As trajetórias dos redatores perfaziam estes campos e lhe conferiam organicidade, majoritariamente os artigos eram assinados por conselheiros do CFC.

O diretor da Revista Mozart de Araújo (1904-1988) era musicista, historiador e ocupou diversos cargos públicos. O Conselho de Redação era formado por Clarival do Prado Valadares (1918- 1983), médico, escritor, poeta e crítico de arte brasileira junto com Manuel

Diegues Júnior⁴; Adonias Filho; Pedro Calmon; Afonso Arinos. (ABREU, 2000); (ABL, s/d).

A publicação apresentava ensaios e artigos variados. A seção “Artes” iniciava com Carlos Cavalcanti e “As artes no século XX”; Helza Caméu assinava “A importância Histórica de Bazílio Itiberê da Cunha e da sua fantasia característica ‘A Sertaneja’.” Na Seção “Ciências Humanas” Gilberto Freyre dissertava sobre “Tempo, Ócio e Arte”; Álvaro Teixeira Soares explicava os “Limites do Brasil na Amazônia”; Raimundo Faoro firmava o artigo “Rio Grande do Sul linhas gerais sobre formação política”; Marcos Carneiro de Loyola escrevia sobre o “Roteiro Pombalino no Brasil”; Carlos de Araújo Lima analisava a “História do Direito Luso Brasileiro”; Arthur César Ferreira Reis refletia sobre “As escolas de direito na formação da cultura brasileira”. Na seção “Letras” Adonias Filho, analisava “Aspectos sociais do romance brasileiro”. Na seção “Patrimônio Histórico e Artístico”, Mario Barata escrevia sobre “Condições e exemplos de defesa do patrimônio histórico e artístico brasileiro”, para fechar o número, a revista publicava um Calendário Cultural.

Este artigo analisa os artigos de Carlos Cavalcanti, Gilberto Freyre e Adonias Filho. Freyre e Adonias eram conselheiros do CFC. Autores não conselheiros alinhavam-se com a perspectiva de cultura do CFC. Para analisar a atuação desses intelectuais é preciso compreender como eles concebiam arte, cultura e a formação social brasileira.

No ensaio do crítico de arte Carlos Cavalcante, “As artes no século XX”, o percurso artístico e a relação controversa entre a produção industrial e a standardização da obra de arte como mercadoria e distinção social são problematizados. Afirmava: “As formas dominantes nas artes plásticas deste meio século - arquitetura, escultura, pintura - são filhas legítimas e diletas da industrialização” (CAVALCANTI, 1970, p.10). O conceito tecnicista “das artes e ofícios” pelos processos de industrialização das linguagens artísticas e o consumo em massa e para as massas são vistos como percalços da produção manufatureira e artesanal.

Como a ciência e a técnica, a arte e a educação estão hoje a serviço da indústria. Por isso mesmo é cada vez maior na sociedade industrial a importância da arte. À medida que se aperfeiçoa, científica e tecnicamente, abandonando agora a idade da máquina para ingressar na idade do circuito elétrico, a humanidade se aperfeiçoa artisticamente. Não se pode negar, portanto, a significação crescente da arte na sociedade industrial. Arte não mais entendida como ócio intelectual recreação ou ornamento do espírito, nem privilégio ou monopólio de elites. Arte entendida como instrumento de conhecimento e explicação do universo e de aprimoramento individual e social, sobretudo na sua dominante aplicação à educação. (Idem, p. 10)

⁴ Biografia comentada na primeira seção no parágrafo que cita a composição dos conselheiros do CFC.

Para o autor a arte moderna iniciou no Brasil com a Semana de 1922 e foi reformulada com o fenômeno da industrialização, a ciência na indústria possui aplicabilidade prática, eles com o progresso científico e as humanidades. Sua visão sobre a formação social brasileira deixava em evidência que o marco da industrialização para o sudeste é percebido pela arquitetura, esculturas e outras linguagens artísticas. Estados como Piauí e Ceará não teriam condições de abarcar as artes mecanizadas, pois o índice de desenvolvimento social e econômico dos “patrícios” destes estados é muito aquém do que se deseja para o progresso das artes e das ciências no País (idem, p. 09). A educação está atrelada ao conceito de progresso e ciência, portanto, artes e industrialização, são complementares. A arte é percebida além da função pedagógica, como estado superior de espírito:

As gerações futuras, libertas das necessidades físicas elementares e do castigo bíblico de ganhar o pão com o suor do rosto, serão gerações ociosas, mas artísticas. O mundo dourado do bem estar e da ociosidade dignificada pelas ocupações do espírito: A humanidade só de artistas não tardará muito. (idem, p, 23)

Cavalcanti acreditava no poder instituído da consagração e formação dos artistas, consumidores e do público para as artes. A relação da cultura com educação era calcada no desenvolvimento do espírito, das ciências e das humanidades. O artigo na RBC era ilustrado com reproduções de obras, consideradas representantes da relação frutífera da mecanização do trabalho e da industrialização das artes. A pintura de Marcel Duchamps (1887) “Nú descendo a escada nº2” (1912), a obra arquitetônica “Empire State Building” (1930-1932) dos arquitetos associados Schreve, Lamb e Harvnon e a escultura de Anton Pevsner (1884-1963) “Construção do espaço” eram exemplares da perspectiva futurista. Trabalhar com suportes geométricos, metálicos e modernos, conferia às artes uma noção de ciência aplicada. Esta discussão está estribada em uma visão iluminista dos intelectuais em que a educação se reproduz entre as elites, também, há uma distinção entre o artista e o artesão, introduz a questão do *design* que é feito para a industrialização (reprodução das peças pela indústria) e para as massas, debate Cardoso (2012). Cavalcanti entendia a arte como distinção social, como algo a ser prestigiado, reverenciado para o desenvolvimento intelectual da sociedade. Para Bourdieu (2015) as múltiplas linguagens artísticas constituem a crença de um poder simbólico, portanto, campos de consagração das elites.

O ensaio “Tempo, ócio e arte: reflexões de um latino-americano em face do avanço da automação” de Gilberto Freyre tratava igualmente da mecanização industrial como linguagem artística. Freyre apresentava no título, uma nota de rodapé alertando que o texto já havia sido publicado em revistas estrangeiras de língua espanhola, francesa e inglesa e somente por meio da RBC, ele finalmente conseguiria publicar na sua língua de origem.

Explicitava sua preocupação com o desenvolvimento tecnológico em processo: “O prestígio desta palavra – moderno - é um prestígio em crise” (FREYRE, 1970, p. 47). Para ele, a perspectiva do moderno se perpetuar com estabilidade nos tempos filosóficos, sociais e econômicos vividos pela sociedade era incerta. Pois, o modernismo tende a fortalecer a cultura do trabalho e do trabalhismo como uma espécie de glorificação do “Trabalho” enfatizado no texto com T maiúsculo. A apropriação do moderno com a expansão do capitalismo urbano industrial com o crescimento da automação e a visão fantasmagórica do burguês e do operário idealizada pelas ideologias marxistas, a laborista e a trabalhista eram visões passadistas: “São ruídos em torno de ex-realidades já fantasmas em grande parte do mundo: o Burguês gordo e de charutão na boca; o Proletário magro e de macacão azul, todo melado de graxa de uma era agora paleotécnica: a da máquina servida, em vez de tecnologicamente, dominada pelo Homem; (idem, p. 47-48)”. O “o ócio é positivo” e o “negócio é negativo”. (ibidem). O ócio é lúdico e está presente no campo das artes, do trabalho e do tempo livre, a negatividade do comércio da sociedade capitalista, com preocupações nos “agapês rotarianos como uma expressão da predominância do senso de negócio sobre o espírito do ócio.” (ibidem).

A repercussão dessa revolução tecnológica será imensa no plano da organização de relações de caráter econômico entre os homens. Mas será igualmente imensa no plano psico-social das relações interumanas; no plano cultural dessas relações; nos estilos de convivência humana; nos objetos em que se rixará a preocupação, a criatividade, a atividade lúdica do homem — quer do médio, quer do estética (sic) ou intelectualmente superior. Não há exagero algum em esperar-se desse novo tipo de civilização um tipo também novo de homem; e das suas relações com a arte, um novo tipo de relações. (ibidem, p. 49)

Freyre raciocina para o entendimento do futuro a partir das mudanças tecnológicas, cibernéticas, no mundo do trabalho, a divisão de classes sociais marcadas por novas relações de mercado. Se não há mais tempo livre e uma ociosidade destinada à criatividade, como determinadas áreas de conhecimento serão vivenciadas pelos homens intelectualmente superiores? Essa apreensão demarca a concepção de distinção social entre homens capazes e

incapazes intelectualmente, ou seja, os superiores se desenvolvem nas letras, artes e humanidades e os inferiores nos trabalhos braçais. Constata-se a percepção da divisão social do trabalho entre intelectuais e operacionais, a força física remete inferioridade intelectual.

Os defeitos da latinidade perante as virtudes dos anglo-saxões: “O ato na conquista da fortuna, de sucesso, de prestígio social, pelo trabalho assim absorvente, com sacrifício de outras expressões de vida no indivíduo e das suas relações com a comunidade, é outra virtude em estado de crise aguda.” (ibidem, p. 49-50) Criam: “Defeitos como os dos indivíduos que trabalham sem se deixarem, porém, matar pelo trabalho e escravizar pelo tempo-dinheiro - o «*time is money*» dos anglo-saxões - estão a pique de poder ser, em parte, reinterpretados como virtudes, dada a relativa rapidez com que o próprio Brasil tropical.”(ibidem)

Freyre orientou uma explicação meritocrática e biológica dos avanços do progresso. A ideia de progresso, advindo da lógica do trabalho, pelas questões naturais favorecidas pelos países de clima frio e por meio da religiosidade, como o calvinismo nos países desenvolvidos, aferindo a máxima de Weber na obra *Ética protestante e o espírito do capitalismo*.

No Brasil a preponderância do tempo desocupado para o ocupado provocaria efeitos nefastos na sociedade, pois a automação estava sendo apropriada com afincos pelas indústrias. Freyre indicava que havia palestrado sobre o assunto para líderes operários e industriais dentro e fora da América Latina e alertava sobre os novos usos do tempo. Na condição de tempo livre, o ócio deveria ser ocupado por indivíduos em busca de lazer, atividades lúdicas em associações recreativas, clubes, sociedades, lugares onde indivíduos de diferentes classes sociais pudessem usufruir e partilhar das mesmas atividades, uma forma de democratização das relações interpessoais diminuiria as desigualdades intelectuais entre os indivíduos.

São célebres as amizades que se têm formado, entre indivíduos assim desiguais - e essa espécie de desigualdade é provavelmente irredutível entre os homens, por motivos antes biológicos do que sociológicos - reunidos, durante meses ou semanas, para eles memoráveis, pelo mesmo gosto ou entusiasmo em torno de aventuras ou experimentos de pesca, de caça, de navegação, de alpinismo, de colheita de plantas agrestes em matas ou florestas, de criação de canários, de gaios, de galinhas de raça. A tourada tem sido um desses gostos lúdicos, comuns a indivíduos de camadas sociais diversas, entre latino-americanos. (idem, p.51)

O texto prossegue com elucubrações a respeito da educação para o tempo livre, que deveria ser destinada ao lúdico, às artes e humanidades. E dentro das amplas possibilidades de linguagens artísticas, o brasileiro admira e possui maior facilidade com a música, o legado

africano e indígena determina esta predileção. Há especificidades da cultura que poderiam ser potencializadas no Brasil: “Entretanto, há tradições, outras de arte, que, dentro de um maior tempo ócio, para um maior número de brasileiros, poderão se exprimir em atividades artísticas consideráveis. Entre, essas tradições a da cerâmica, a da escultura em madeira, a da renda, a da marcenaria, a da culinária.” (ibidem, p. 56).

Como se percebe Freyre não patrimonializa os saberes e fazeres como referências culturais, mas sim como habilidades biológicas e especificidades regionais da cultura brasileira. O CFC compreendia a cultura como atividades culturais e Freyre reforçava essa noção quando abordava as atividades lúdicas e artísticas como um espectro da cultura brasileira. Para finalizar, apontava duas preocupações sociológicas em relação à divisão sexual das tarefas masculinas e femininas e o aspecto geracional. Sobre a primeira:

Aqui tocamos um ponto merecedor de atenção especial. É este: com o aumento do tempo-ócio para um maior número de brasileiros, apresenta-se sob novo aspecto, o problema das atividades artísticas social e culturalmente condicionadas pelo sexo puro, ou meio sexo de cada um. Trata-se, nas expressões, deste último tipo, de um possível afastamento de convenções que vem abafando convenções, em grande número de indivíduos: vocações de homens para bordar, por exemplo: ou para cozinhar; ou para costurar. Ou de mulheres, para a marcenaria ou carpintaria. (ibidem)

O debate de gênero ainda é tratado a partir da divisão clássica de tarefas domésticas, embora ressalte que com as sobras de tempo proporcionadas pela automação, o trabalhador, possa se aventurar pelas tarefas condicionadas ao sexo oposto. A divisão sexista do texto é padronizada entre feminino e masculino, e quando cita o meio sexo fica uma interrogação. Homens e mulheres que assumem posturas não convencionais na tradicional divisão sexual, estariam sob o ponto de vista freyreano no meio sexo? O assunto é provocativo. Homens e mulheres costuravam, bordavam, teciam, cozinham em atividades ordinárias ou profissionais. Muitas expressões culturais eram protagonizadas por ambos os sexos como confecção de redes de pesca, cestaria, indumentárias. Estas atividades ainda eram vistas como artesanatos, essencializadas e folclorizadas. Freyre tinha contatos com etnógrafos e folcloristas como Mário de Andrade e Câmara Cascudo, estudiosos dos saberes, dos fazeres e das expressões da cultura popular brasileira, o que possivelmente estimulou esta reflexão.

Para concluir o ensaio, Freyre coloca sua segunda preocupação sociológica ligada à questão geracional. Para ele, os cursos de artes e atividades eram direcionados para público jovem, mas existia um público sênior, ávido e ativo que precisava ser estimulado para a

aprendizagem artística. Cita o exemplo de Winston Churchill, que em sua “idade proveta” (ibidem, p. 57) estava aprendendo a pintar. Por isso, os indivíduos idosos, aposentados e “jubilados nas suas profissões” se matriculam em cursos por correspondência sobre jardinagem e horticultura, como Carlos Lacerda, o ex-governador que cultivava rosas em seu jardim residencial no tempo ocioso. E há aqueles que cultivam hábitos colecionistas de obras de arte e objetos históricos que se tornaram acervos de museus, a exemplo de Guerra Junqueira, o poeta colecionador. Escrevia de forma reflexiva e propositiva para pensar a formação nacional e a educação das massas para a cultura, a frame textual e conceitual do seu pensamento corroborava com os objetivos do CFC.

O último ensaio, aqui abordado é do conselheiro Adonias Filho “Aspectos Sociais do Romanceiro Brasileiro”. O autor faz uma análise histórica dos movimentos pelos quais passou o romance brasileiro a partir da formação nacional do País. Considerou que o romance brasileiro foi calcado na oralidade, por isso não corre o risco da evasão cultural. “É nesse ventre que se realiza o processo: o fabulário popular engendrando a epopeia; os contos e os abecedários, mobilizando o repositório folclórico, fornecendo os tecidos pelo romance” (FILHO, 1970, p. 148)

Cita o perfil de alguns romancistas e trabalhos como de Silvio Romero, autores que conseguiram explicar a complexidade do Brasil a partir da oralidade trazida para o texto romanceiro. Essas raízes nacionais são marcadas pelo indianismo, sertanismo, escravismo e urbanismo. “Os contos e auto populares, através do sincretismo luso-indígena- africano - e posteriormente brasileiro -, já denunciavam a vocação documentária do romance brasileiro com suas únicas matrizes e raízes autênticas” (idem, p. 149).

Adonias Filho adverte que a corrente literária ibérica quando atingiu o Brasil, não encontrou uma terra “virgem”. O “selvagem brasileiro dispõe de valores concepcionais intelectivos e de meios de expressão” (ibidem). Cita Franz Boas e reitera que há na arte primitiva indígena um traço repetitivo que dá ritmada à criação ficcional. Pois: “Em qualquer das lendas do fabulário indígena: são flagrantes todos os elementos ficcionais: o cenário, o personagem, a trama episódica, o diálogo e certa mensagem.” (idem, p. 149-150)

O crítico literário ratificou o “repositório folclórico brasileiro” que formaram o teatro e o romance brasileiro, principalmente, no acervo vocabular da linguagem popular. Os contos predizem os romances e os autos predizem o teatro. Existe de certa forma uma transferência

cultural que o autor denomina “transmissão” entre os africanos, os indígenas e os ibéricos determinantes para a formação cultural, uma espécie de fusão nos romances brasileiros.

O romancista, para o crítico é intérprete do complexo cultural que é o Brasil. Por isso, o romance é um documentário. Ele na análise não foge ao mito das três raças. O crítico literário cita inúmeras obras, autores até chegar ao modernismo e a obra de Mario de Andrade Macunaíma “a superação gramatical em proveito do instinto criador do povo.” (idem, p. 159)

Bourdieu (1996) auxilia o exercício de interpretação e conexão das estruturas de consagração do campo artístico, criadas e aproveitadas no campo da literatura para possíveis criacionismos de povos e nações. O sociólogo afirmou que há um poder na escrita que determina e abole sujeições nos limites da sociedade, reforça e recria outros. É necessário repensar a arte sob uma perspectiva de construção do campo, onde todas as linguagens artísticas literárias, plásticas exercem um domínio sobre a percepção e formação societária.

A Revista Brasileira de Cultura, neste sentido, transformou sua existência nessa espécie de imprensa literária na qual se refere Bourdieu. Como foi observado nos ensaios de Cavalcanti, Freyre e Filho houve um intuito de fortalecer a arte como campo, como alternativa e como consagração, educação e transmissão de conhecimento. Como periódico cultural, a Revista publicava ensaios que ratificavam os sentidos da formação do Brasil, conforme os ideários do Estado. Os intelectuais transitavam nestes espaços políticos, onde o poder estava disposto na consagração da escrita e na atuação política como ressonância social e legitimação de suas trajetórias. Na realidade, os intelectuais eram vozes autorizadas do campo intelectual/cultural e que no espaço da revista e nos bastidores reforçam as estratégias do campo político e as políticas públicas e de Estado.

Chartier (2014) ao refletir sobre obras, autores e corpos de textos, coloca essa relação dentro de dois eixos de intersecção, uma diacrônica e outra sincrônica. O eixo sincrônico situa o texto no seu contexto em relação a outros trabalhos do qual essa obra é contemporânea. Já o eixo diacrônico, coloca a obra dentro do passado ou da disciplina/campo que ela se encontra. Todos os ensaios analisados podem ser compreendidos pela forma diacrônica e sincrônica de produção intelectual.

Para finalizar essas análises das obras dos três intelectuais na Revista do Conselho Federal de Cultura, há de se ponderar a perspectiva de Anderson (2005) quando reforça que a cultura impressa teve um papel fundamental no processo de constituição histórica das nações,

das línguas, das fronteiras culturais e geográficas e criação das comunidades imaginadas. Os periódicos culturais ampararam a transmissão e reprodução homogêneas de verdades imaginadas? É necessário ler os textos, os contextos, os periódicos e os intelectuais, além dos espaços de consagração como os conselhos, instituídos como instâncias de poder, disputas e sagração ideológica de uma elite intelectual para uma análise ampla da cultura política e suas redes de sociabilidades forjadas.

O Conselho Federal de Cultura permaneceu sob a jurisdição do Ministério da Educação e da Cultura até a promulgação do Decreto n.º 91.144, de 15 de março de 1985, o qual instituiu o Ministério da Cultura e dispôs sobre sua estrutura, órgãos e atribuições. O MinC instituiu uma nova revista a partir de 2003 no governo Lula chamada Revista do MinC, um veículo de comunicação que assumiu as vezes do antigo Boletim Informativo do CFC, pois divulgava as políticas públicas na área e as ações institucionais do Ministério em relação à cultura. Nesse veículo não há intelectuais assinando artigos e ensaios, somente matérias jornalísticas elaboradas pela assessoria de comunicação do MinC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo pretendeu contribuir para repensar a história dos intelectuais e suas trajetórias numa esfera conselheira de atuação tendo como um dos principais canais de diálogo com a sociedade um periódico cultural que tinha o objetivo de difundir os sentidos da cultura para a população. Desta forma, não só o Conselho era um ambiente consagrado, mas a RBC como periódico cultural constituiu-se campo de poder e conhecimento. A trajetória, a atuação e o pensamento dos conselheiros reiteravam a materialidade do poder e influência nesses espaços. O CFC e a RBC podem ser vislumbrados como experiências de aproximação e deslocamento de ideias, idiosincrasias e trajetórias intelectuais. O mapeamento dos conselheiros e de suas trajetórias auxiliou no questionamento dessa cultura política que se forjou em meados do século XX em espaços públicos institucionalizados. A atuação dos conselheiros e intelectuais não era uma relação especular, demarcava trajetórias, deslocamentos e aproximações desses homens considerados intérpretes do Brasil.

REFERÊNCIAS E FONTES

ABREU, Alzira A. (Ed.) **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação. 2. Edição. CPDOC: Rio de Janeiro, 2000.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Membros. ABL: s/d. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/membros> Acesso em 23 de fev. 2017.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a Expansão do Nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Gênese e Estrutura do Campo Literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **A produção da crença**. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3.ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BRASIL. **Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro. Capital Federal, 1937b.

_____. **Decreto Lei nº 526, de 01 de julho de 1938**. Institui e organiza o Conselho Nacional de Cultura. Rio de Janeiro. Capital Federal, 1937.

_____. **Decreto Lei nº 50.293, de 23 de fevereiro de 1961**. Cria o Conselho Nacional de Cultura e dá outras providências. Brasília. Distrito Federal, 1961.

_____. **Decreto Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966**. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. Brasília. Distrito Federal, 1966.

_____. **Decreto Lei nº 60.237, de 17 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a instalação e funcionamento do Conselho Federal de Cultura.

CALABRE, Lia. **O Conselho Federal de Cultura (1971-1974)**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 37, janeiro-junho de 2006.

CARDOSO, Rafael. **Design para um Mundo Complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CAVALCANTI, Carlos. As artes no século XX. **Revista Brasileira de Cultura**. Conselho Federal de Cultura: Rio de Janeiro, ano II janeiro/março 1970, n.º 3 Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa>. Acesso em 24 de fev. 2017.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Unesp, 2014.

FILHO, Adonias. Aspectos Sociais do Romancista Brasileiro. **Revista brasileira de cultura**. Conselho Federal de Cultura: Rio de Janeiro, ano II janeiro/março 1970, n.º 3 Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa> Acesso em 24 de fev. 2017.

FREYRE, Gilberto. Tempo, ócio e arte: reflexões de um latino-americano em face do avanço da automação. **Revista brasileira de cultura**. Conselho Federal de Cultura: Rio de Janeiro,

ano II janeiro/março 1970, n.º 3. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/Acesso> em 24 fev. 2017.

LUCA, Tania Regina de. A construção do ideal modernista: o lugar da revista. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos & PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. (orgs). **História e Arte**. Movimentos artísticos e correntes intelectuais. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, Rene (org.) **Por uma história política**. 2. ed. FGV, 2003.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Cardeais da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975). Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2010. 194 f.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.